

A (DES)COLONIZAÇÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA REFLEXÃO INICIAL¹

Emannuely Maria da Silva Santos ²

Maria Luzia Rabelo Campelo ³

Jussara Natália Bélen⁴

INTRODUÇÃO

Começamos convidando aos velhos problemas das relações de poder e a escola. Quem é o sujeito subjugado e marcado pela diferença racial nesse espaço? O artigo se revela como uma tentativa de discussão e reflexão sobre as dinâmicas, os efeitos da colonização e o racismo sobre o currículo escolar, hierarquia institucionalizada que (de)marca corpos, produz saberes e discursos cravados na segregação. Considerando as marcas deixadas nos corpos negros que inflamam sob as feridas abertas, construídas em 450 anos de colonialismo. Assim, analisamos o problema da insuficiente valorização dos saberes afro-brasileiros, no currículo escolar. Neste sentido, refletimos que os currículos produzem o silenciamento de conhecimento acerca da diversidade étnica. Este projeto de dominação, atendendo aos interesses econômicos, sociais e culturais de estratégias colonialistas se espalham em micro espaços sociais, como é o caso da escola pública, onde a maior parte dos jovens estudantes negros/as brasileiros/as encontram-se matriculados/as. Assim, analisamos, exploramos e perscrutamos as engrenagens do poder colonial que atravessa a educação, ferindo a condição de ser e existir associada à raça, marcador de diferença, no ambiente escolar. Buscando compreender a necessidade de formular um currículo escolar decolonial para uma outra produção de saber curada do eurocentrismo.

METODOLOGIA

O presente trabalho é resultado das reflexões realizadas durante a residência pedagógica de Sociologia, nas aulas de Sociologia do Ensino Médio, da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Francisco Ernesto do Rêgo, na cidade de Queimadas - PB. A partir disso, nos questionamos sobre os limites curriculares que possibilitam a sustentação do racismo na escola. Para tecer o problema do currículo escolar e o racismo entrelaçados aos efeitos da herança colonial, nos debruçamos sobre a revisão bibliográfica considerando o espaço e tempo que foram produzidas teoricamente a partir de uma perspectiva decolonial, tais como o conceito de Colonidade do Poder, de Aníbal Quijano (2005), Grosfoguel (2012,2016) e as relações de poder-saber-subjetivação de Michel Foucault (1979, 1988, 1996).

OS EFEITOS DA COLONIZAÇÃO NO CURRÍCULO ESCOLAR

¹ Este trabalho é fruto das observações e regências realizadas nos meses de agosto de 2018 a junho de 2019, nas aulas de Sociologia do ensino médio na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Francisco Ernesto do Rêgo– Queimadas, PB; pelo programa da Residência Pedagógica na área de Sociologia, CAPES-UEPB

² Graduanda em Licenciatura em Sociologia pela Universidade Estadual da Paraíba, residente do programa Residência Pedagógica de Sociologia – CAPES, UEPB. Email: mariaemannuely@gmail.com

³ Graduanda em Licenciatura em Sociologia pela Universidade Estadual da Paraíba, residente do programa Residência Pedagógica de Sociologia – CAPES, UEPB. Email: marialuza1812@outlook.com

⁴ Professora orientadora. Email: jussarabelens@gmail.com

É certo que o racismo surge em decorrência da colonização circunscrita na história que iniciou com as reverberações do século XV: o advento da dominação colonial que empreendeu um grande e duradouro projeto etnocida e eurocêntrico marcando corpos, destituindo falas, violentando desde 1492. Parece que a reconstituição da colonização como destrave para o racismo desvela a falsa noção de um mundo descolonizado que apregoam, uma vez que a expansão colonial europeia teceu uma rede de hierarquia globais, ainda, perpetuada depois de séculos (Grosfoguel, 2012). E entender como se configuram os efeitos da colonização é entender as várias facetas do fortalecimento e exercício do racismo nos dias de hoje nos currículos escolares. Nos atenta Foucault (1996, p. 43-44):

Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.

Como refletido pelo autor supracitado, percebemos que a educação é uma tecnologia de controle e dominação sobre os corpos dos sujeitos envolvidos/as neste processo, e o currículo carrega demarcadores de poder sobre os saberes, os comportamentos, as narrativas dos sujeitos que estão escolarizando e aqueles/as que estão sendo escolarizados/as. A unidade escolar perpétua a reprodução da dominação por intermédio do seu poder disciplinar de controlar e excluir corpos. Conforme Foucault “Temos antes que admitir que o poder produz saber [...]; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber” [...] (2005, p.27). Isso significa que a escola é orientada por um modo de incorporar os efeitos do poder em suas inúmeras interfaces, como por exemplo, a elaboração dos currículos escolares como mecanismo de definir a universalidade hegemônica, de segregação e discriminação corpos. O currículo escolar é comprometido historicamente pela produção do saber-poder construindo "verdades", silenciando e reprimindo saberes sobre a contribuição de todas as culturas. Por "verdade" entende-se "[...] está circularmente ligada a sistema de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que dela induz e que a reproduzem. 'Regime' de verdade." (Foucault, 1979, p.14) Atentamos--nos para o exercício de desnaturalizar o currículo, e considerá-lo tecnologia educacional de poder que discrimina, desqualifica a contribuição e importância dos saberes da história de povo afro.

Falar sobre racismo na escola é, inevitavelmente, identificar a herança colonial e o legado eurocêntrico na educação caracterizada pela omissão e hierarquização dos saberes. A desconsideração da diversidade racial, cultural e epistemológica fragmenta a história da humanidade e não concede espaço ao respeito às diferenças. O modelo dominante da escolarização constitui-se em uma lógica de globalização de difusão de um saber, de uma cultura, de uma religião. Os diversos povos não são contemplados como constituintes da história. Com efeito, os professores não identificam a configuração da matriz cultural-colonial sobre o sistema de educação nacional. Como também não têm domínio de conhecimento sobre africanidades e se respaldam no recurso do livro didático. Os efeitos do racismo são inequívocos, sobretudo porque reverbera na formação de professores acerca do domínio e reflexão sobre a diversidade cultural.

O colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade” (SANTOS; MENESES, 2010, P.7)

A indefensável “colonidade do poder” (Quijano, 2005) empreende seu projeto etnocêntrico, também, sob o processo de formação da subjetividade global, na produção de conhecimento. Aqui entendemos a constituição da subjetividade como alinhamento ao processo histórico-social. Para adensar essa perspectiva de subjetividade, arrematamos a noção de subjetivação (Foucault, 1988; Deleuze, 1992). Nessa perspectiva, as relações de poder sobre escola, instituição de autoridade e disciplina que desenvolve o saber, não está isenta a contaminação etnocêntrica. Posto que ali também se manifesta os efeitos da dominação colonial e cosmovisão racista: os marcadores de diferença, como as diferenças de etnias que carregam em si discursos dualistas, de superioridade e inferioridade.

O acontecimento do fenômeno do racismo na escola se confunde com a própria história do Brasil, explorado e fundando em uma ideologia racista, em uma defasagem no desenvolvimento social, econômico e educacional. Estamos supondo que o poder operado sobre a escola se constitui sobre eixos analíticos de Foucault: relação, saber e subjetivação. Sabendo que sobre as malhas do poder atua a transversalidade, os micropoderes reverberados por todo o corpo social. E que não há um só sujeito que produz sozinho as técnicas de poder e consequentemente a subjetividade, a maneira que a escola exerce sua configuração para formação da subjetividade afeta alunos e professores. A problemática de reduzir o processo de subjetivar a só uma instância, como atribuem ao Estado, é demasiadamente insuficiente. Nem tampouco podemos atribuir o problema do racismo às deficiências epistemológicas das/dos professoras/es, sobretudo porque consideramos que os professores fazem parte produção subjetiva histórica e identitária.

Por todas as coisas que amargam a produção de conhecimento, a educação esvai-se na perda de sentidos quando em seu próprio calendário escolar comemora culturas de povos não brancos como passado; quando a diferença se estende, também, a desvalorização de religiões de origem africana e afro-brasileira (candomblé e Umbanda); quando omite a multiplicidade sociocultural em detrimento da supervalorização de uma cultura, de um modelo sócio econômico; quando o próprio currículos escolar impossibilita a compreensão da história do racismo e a reflexão da necessária supressão; quando faz do racismo realidade distante. Apostamos no pensamento decolonial como abordagem pedagógica e historiográfica contrária a epistemologia racista escancarada e tácita no interior do movimento de dominação colonial produzidos como superiores. Aparados por Aníbal Quijano, Grosfoguel, Enrique Dussel e Mignolo, por exemplo.

OS INSTRUMENTOS JURÍDICOS E A SOBREVIVÊNCIA DO RACISMO

Não obstante, em uma força longa e contínua dos predecessores do Movimento Negro, a educação tem sido tentada a pensar no processo de democratização e inclusão. Nesse contexto, os movimentos sociais desvelam a falsa igualdade étnica-racial e desenvolvem uma longa história de enfrentamento e resistência. Precisamos reiterar que os movimentos sociais negros foram e são decisivos para inserção da história da diversidade cultural do Brasil, nos currículos escolares. O governo federal sancionou a lei nº 10.639, em 9 de janeiro de 2003, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A inclusão prevê a obrigatoriedade nas diretrizes e bases da educação nacional, a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira. Visando o pleno conhecimentos pertinentes à história do Brasil constituída pela resistência e interfaces de enfrentamento dos afro-brasileiros.

A introdução da lei 10.639/03 prevendo o combate ao racismo e a valorização da cultura negra, especificamente, nas escolas estabelece a distribuição democrática dos saberes sobre os estudos Africano das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de Africana e Cultura Afro-Brasileira. É verdade que as interpelações do movimento negro às narrativas hegemônicas foram

importantes e contribuinte para a promulgação da lei 10689/03 que legitima uma contranarrativa a colonização dos currículos escolares. Mas será que os aparatos jurídicos disponíveis autonomizaram a escola como espaço plenamente efetivo para contemplar a multiplicidade de identidades? Será que essa escola corrigiu a constituição do Outro de maneira eurocêntrica e subalterna?

RESULTADO E DISCUSSÃO

O que desde o início nos propusemos a pensar e a sugerir é que as dinâmicas exclusivas do currículo escolar implicam, evidentemente, nas várias interfaces que permitem a sobrevivência dos/das alunas negros/as que constituem a escola. E pensar como se traduz as consequências de uma produção de saber falha é ir de encontro ao enfrentamento da própria evasão, a formação da baixa autoestima da identidade negra, a segregação no ambiente escolar, a deficiência em reconhecer a importância da luta e resistência afro.

Questionar os mecanismos sutis e mais elaborados do racismo é discutir a diversidade inesgotável no mundo tal como projetamos a produção do conhecimento que deve ser orientada pela valorização a identidade étnico-histórico-cultural. Apostando nos estudos decoloniais de tantos estudiosos/as, acreditamos que é possível evidenciar os mecanismos de controle sobre a produção de conhecimento e investirmos no projeto de um outro currículo escolar que prevê o respeito a formas de conhecimento que são, ainda, obliteradas.

A perspectiva decolonial propõe ao silenciamento de um povo, espaço para formulação de conhecimento desses sujeitos subalternos; indo contra as ideias de universalização de qualquer forma de saber. A partir do exercício da descolonização do currículo escolar é possível discutir o mito da democracia racial, dialogar sobre as figuras importantes afro-brasileiras da localidade, incitar o orgulho ao pertencimento à etnia, desvelar a colonidade do poder sobre a educação, dismantelar a atribuição de superioridade a modernidade e o eurocentrismo, como, também, oferecer aos/as alunos/as conhecimentos sobre africanidades produzidos pelos/as próprios/as negros/as. Sobretudo, ao exercício contínuo de combate ao racismo a partir da construção de uma nova diversidade para interculturalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso desafio é o de além destacar as estruturas curriculares entrelaçadas na herança colonial, podermos pensar em um outro currículo escolar que permita uma autoavaliação sobre suas deficiências e produza efetivamente saberes descolonizados que desmantele a lógica egocêntrica, e assuma a responsabilidade para com a supressão de uma lógica racista. Consideramos importante a discussão aberta sobre o racismo, pois este é constantemente elaborado nas redes que tecem a produção de saber, uma vez que são postas como verdades. Sobretudo, essa interpelação ao currículo escolar oferece a escola uma contranarrativa ao racismo escolar.

Palavras-chave: currículo escolar; racismo; contranarrativa; saberes descolonizados.

REFÊNCIAS

- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1996.
- GROSGOUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial.

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 2, n. 2, jul-dez 2012, pp. 337-362.

COSTA, Joaze; GROSFOGUEL, Ramón. Decolonialidade e Perspectiva negra. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, p. 227-278. Buenos Aires: Clacso, 2005.

(1988), *Dist et écrits - III*, Paris: Gallimard

DELEUZE, Gilles, (1992). *Conversações*, Rio de Janeiro: Editora 34.